



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
CONSUN - CONSELHO UNIVERSITÁRIO



ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO Nº 479

Rio Grande, 22 de dezembro de 2023.

Aos vinte e dois dias de dezembro, de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência do Prof. Danilo Giroldo, com a participação dos seguintes membros: **De forma presencial** - Artur Roberto de Oliveira Gibbon, Bruna Félix da Silva Nornberg, Celso Luis Sá Carvalho, Cleber Palma Silva, Clériston Ribeiro Ramos, Cristiane Gularte Quintana, Danilo Giroldo, Denise Maria Varella Martinez, Diogo Paludo de Oliveira, Eduardo Pitrez de Aguiar Correa, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Felipe da Silva Paulitsch, José Francisco Almeida de Souza, Juliana Fausto Flores, Kamila Lockmann, Leandro da Silva Saggiomo, Leopoldo Rota de Oliveira, Renato Duro Dias, Rita Patta Rache, Rodrigo Cambará Printes, Rogério Piva da Silva e Silvia Silva da Costa Botelho. **Por meio de webconferência**: Itiara Gonçalves Veiga. O Secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: Deise de Oliveira Ribeiro, suplente de Simoní Saraiva Bordignon, representante da EEnf (titular afastada por dispensa eleitoral); Maria Odete da Rosa Pereira, suplente de Alan Goularte Knuth, representante do IE; Antenor Ferreira Moraes, suplente de Luiz Antônio de Almeida Pinto, representante da EQA (titulares afastados a serviço na Universidade); Cátia Rosana Dias Goulart, suplente de Myriam Lucia Chanci Arango, representante do ILA (titular em licença saúde); Fabíola Aiub Sperotto, suplente de Edite Taufer, representante do IMEF; Luiz Eduardo Corrêa Schein, suplente de Carla Vitola Gonçalves, representante da FaMed; Edi Morales Pinheiro Júnior, suplente de Celso Luis Sá Carvalho, representante dos servidores TAE (titulares afastados por motivo de força maior). Justificaram ausência: José Carlos da Silva Cardozo, suplente da representação do ICHI; Cleuza Maria Sobral Dias, ex-reitora (afastados por motivo de força maior); Janaina Soares Martins Lapuente, representante dos servidores docentes (afastada a serviço na Universidade); Eliana da Silva Tavares e Lúcia Lovato Leiria, respectivamente titular e suplente da representação do ILA (a titular em férias e a suplente afastada por motivo de força maior); Mayara Roberta Martins, representante do ICHI; Roger Machado da Silva e Milena Boaretto Guadagnin, representantes dos estudantes de graduação (em férias). Não justificaram ausência: Amandio da Rosa Porciúncula, representante do IO; Dionice Dias Ferreira, representante dos servidores TAE. Participaram, na condição de convidados, após a aprovação do plenário: Diego D'Ávila da Rosa (PROPLAD); Jozeneidi Costa Machado (DIPLAN); Cristiane Souto Santos (DIPLAN/Coordenação de Planejamento); Vinícius Menezes de Oliveira (CAP – Comitê Assessor de Planejamento); André Lemes (CAP - Comitê Assessor de Planejamento); Maria Rozana Rodrigues de Almeida (SITC – Secretaria de Integridade, Transparência e Controle Social) e Luis Fernando Moretto Tusnski

(CGTI). Ao iniciar a reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Processo nº 23116.020887/2023-55 – Calendário de Reuniões Ordinárias do CONSUN para o ano de 2024** – A Indicação propõe a aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do CONSUN para o ano de 2024. A Indicação foi lida pelo Senhor Presidente. Na sequência, colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **2º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Processo nº 23116.021496/2023-58 – Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2024-2033 e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028** – A Indicação propõe a aprovação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2024-2033 e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028. A Indicação foi lida pelo Senhor Presidente. Na sequência, colocou o assunto em discussão. O Cons. Renato Duro falou que foi apresentada a justificativa para sugestão do PDI e PPI, comentou que alguns elementos são muito importantes e significativos, sendo o primeiro, a participação da comunidade com a representação do CAP - Comitê Assessor de Planejamento como primeiro documento pensando, justamente, para olhar com muita dedicação ao PPI e PDI. Disse que a comunidade participou, significativamente, das tomadas de decisão da proposta. Falou que o PPI atualiza e se adequa ao decreto nº 9235 de 2017, explicou algumas dessas mudanças e elementos contidos na proposta, falou que tem um parágrafo expresso sobre a multicampia, apresenta a questão da inclusão e diversidades, em que a Universidade tem que desenvolver um projeto de uma educação para cidadania, também, constam os processos de ações afirmativas, os quais foram elementos muito importantes, demonstrando que a Instituição, na construção do PPI, preocupou-se com o critério de uma educação superior pública plural e inclusiva. Destacou a definição dos termos que o PPI apontou, especialmente, com relação à participação e à nova composição do CAP que está bem representativa, comentou que por força do Art. 21 do decreto nº 9235 de 2017, fica explicitado que o PPI deverá apresentar os indicadores quantitativos dos cursos de graduação e pós-graduação e, isso, ficou muito bem apresentado no documento. Parabenizou toda comunidade universitária pelo debate que foi realizado, disse ter orgulho do trabalho realizado pelo CAP, comentou que os objetivos estratégicos passam a ser denominados objetivos de longo prazo, dialogando com os objetivos de curto prazo do PDI. O Pró-reitor Diego D'Ávila disse que a Universidade constrói seu plano de desenvolvimento, quase sempre, nesse formato, falou que ocorreu alteração na composição do CAP, pensando na execução do PDI, disse que o PPI é um documento que trouxe algumas inovações no formato, na forma de construção e que é um processo histórico, o qual a FURG constrói com a participação da comunidade. Agradeceu aos que participaram, principalmente ao CAP, disse que o Congresso foi muito importante com muita participação estudantil e de servidores. Falou que o documento tem um conjunto de indicadores um pouco diferente com relação ao ano anterior, em função do Programa de Avaliação e Planejamento. Disse que a intenção de recompor o Comitê, os indicadores e a vinculação com os objetivos são para que se consiga, de fato, ter um processo de planejamento mais vivo. Falou que foi um grande desafio e intenso no ano de 2023, mas com uma conclusão boa. O Cons. Ernesto Alquati criticou o COEPEA - Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, disse que, recentemente, o Conselho aprovou o novo Calendário Universitário de 2024, no qual há uma previsão de datas para exames, em que, no primeiro semestre, a distância entre o último dia de aula e o início dos exames é de 4 dias e, no final do ano, de apenas 2 dias, questionando se isso é pedagógico. A

Cons. Rita Patta Rache parabenizou a elaboração dos documentos e a forma em que foi feito. Disse que gostaria de fazer uma contribuição e uma proposição no PPI. Falou que no início do documento tem uma figura, a qual fala sobre as diretrizes, sugeriu alterar a palavra “inovação” pela palavra “cultura”, explicou que no interior da figura têm as palavras “extensão, ensino e inovação” e não consta, na figura, a palavra “cultura”, lembrando que foi aprovado nesse Conselho, na semana passada, a Política de Arte e Cultura. No PDI, sugeriu incluir na parte em que fala dos laboratórios do ILA – Instituto de Letras e Artes, o laboratório “Ateliê de Práticas Formativas”. O Pró-reitor Diego D’Ávila explicou que os laboratórios listados, foram os informados no censo feito nas Unidades Acadêmicas, mas que irá revisar isso com a equipe. A Cons. Denise Martinez disse concordar com a sugestão da Cons. Rita Patta Rache em colocar a palavra “cultura” na figura, mas não é favorável a retirada da palavra “inovação”, sugeriu acrescentar a palavra “cultura”, ficando “inovação e cultura”. O Cons. Artur Gibbon falou sobre os 7 objetivos do PPI, dentro do documento do PDI, perguntou se são passíveis de alteração, disse que são 7 objetivos completos, mas confessou que, em nenhum momento, fala-se em desenvolvimento econômico, sugeriu acrescentar “desenvolvimento econômico” no objetivo 6, disse que a FURG promove o desenvolvimento econômico das regiões onde está instalada, valorizando essa prática e que isso precisa estar em um objetivo de forma muito clara dentro do PDI. O Senhor Presidente disse estar perfeita a colocação do Cons. Artur Gibbon, comentou que é preciso ter cuidado na construção desse tipo de documento, pois são extensos e que ocorreu uma grande participação da comunidade, disse ser difícil aprofundar redações que não tiveram o grifo da população, explicou que alterações mais pontuais é possível fazer, mas as mais profundas, é mais complicado, por conta do processo participativo, o qual trouxe o documento até este Conselho. Disse que a sugestão da Cons. Rita Patta Rache é pertinente e que os elementos que estão entre as qualidades de sustentabilidade, precisam da atuação universitária, não acha que seja problema o acréscimo da palavra “cultura” como externalidade da ação universitária, mas acha que o termo “inovação e cultura” juntos, pode conflitar, pois ocorre sobreposição, acredita não ter problema a troca dos termos de “inovação” para “cultura”, entendendo a inovação como processo universitário. As sugestões da Cons. Rita Patta Rache e do Cons. Artur Gibbon foram aceitas e aprovadas pelo plenário. O Senhor Presidente parabenizou toda comunidade universitária pela construção do documento, disse que não é algo trivial que a FURG tem como cultura institucional, falou que essa prática vem sendo amadurecida, não sendo a totalidade das Universidades que fazem isso, disse que a comunidade vem aderindo ao método que está se consolidando com uma participação cada vez mais intensa nesses instrumentos. Falou sobre a lógica de planejamento que está muito bem capilarizada nas Unidades Acadêmicas e Administrativas, disse ter orgulho desses documentos e que devem orientar o processo de planejamento anual e estar inseridos no fazer. Falou que os anseios são imensos e colocá-los dentro de um documento que tem um horizonte de prazo é, extremamente, desafiador. A Diretora da DIPLAN, Jozeneidi Costa, agradeceu a participação de toda comunidade, disse que foi um trabalho muito extenso e que todas as fragilidades que foram apontadas na pesquisa de autoavaliação institucional, encontram-se nas estratégias e objetivos do planejamento dos próximos 5 anos da Universidade. A Cons. Silvia Botelho acha que cabe uma revisão do documento, pois em alguns itens é citado o ano de 2023, ficando no passado. O Cons. Cléber Palma parabenizou o trabalho de toda equipe, disse que são dois documentos representativos dos anseios da comunidade, comentou sentir ansiedade,

pois para executar as tarefas é preciso orçamento e isso, por vezes, pode provocar um futuro afastamento, pois tem um documento que prevê, mas não se pode fazer por falta de dinheiro, disse que a Universidade está sofrendo muito com a escassez de recursos orçamentários. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação, contendo o PPI 2024/2033 e o PDI 2024-2028, foi colocada em votação, com as adequações promovidas em plenário, sendo aprovada por unanimidade com salva de palmas; 3º) **Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Processo nº 23116.021516/2023-91 – Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade** –

A Indicação propõe a aprovação da Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade (PPDP). A Indicação foi lida pelo Senhor Presidente. Parabenizou o CGPD - Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais e, na sequência, colocou o assunto em discussão. A Secretária da SITC, Maria Rozana Rodrigues, disse que a Política passou por uma consulta pública, a qual teve contribuições muito importantes, as quais foram adicionadas na criação dessa Política, falou que esse documento complementa as Políticas de Segurança da Informação, de Confidencialidade e Arquivística, comentou ter um grande desafio pela frente que é a mudança cultural com relação à forma de tratamento de dados e disse estar disponível para esclarecer as dúvidas que surgirem. O Cons. Diogo Paludo disse que o trabalho da comissão é bem alinhado com o CGTI – Centro de Gestão de Tecnologia da Informação, falou que, umas das coisas que consegue perceber, é que essa política entrando em vigor, irá gerar uma série de mudanças nos sistemas, disse que será preciso uma conversa com todas as Unidades que já solicitaram e têm sistemas junto com o CGTI para repensar os processos, as informações e, também, limitar acessos em muitos aspectos. Disse que, provavelmente, o CGTI começará a entrar em contato com as Unidades. O Senhor Presidente disse que esse trabalho já vinha sendo feito, porém, agora, com a Política entrando em vigor esses sistemas passam a fazer parte do trabalho de atualização. A Secretária Maria Rozana Rodrigues citou alguns marcos importantes de adequação para o ano de 2024, como o inventário de dados pessoais, o relatório de impacto de dados pessoais, disse que essa Política será, extremamente, importante no sentido de orientar esse trabalho. O Senhor Presidente disse que esses processos fazem parte do plano de adequação, ou seja, a FURG tem um plano institucional LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e, isso, vem sendo construído, sempre atento aos incidentes, disse que o que está na Política são previsões legais e que é importante que estejam explícitas. A Cons. Denise Martinez disse que a Política está muito bem escrita e bem técnica, comentou ser mais um avanço para nossa Universidade e que se está terminando o ano com a aprovação de documentos importantes para FURG. Parabenizou todos os envolvidos. O Senhor Presidente disse que com a aprovação dessas Políticas está se consolidando, na Universidade, um sistema que não existia e que cooperam entre si e que ajudam no avanço da Instituição, pois se precisa de um padrão de integridade, comentou que o PDI ganhou um eixo estratégico específico que é o caminho que a Universidade, enquanto uma organização pública, deve seguir. O Cons. Ernesto Alquati achou muito boa a proposta, mas que gostaria de fazer uma reclamação, disse que sempre quando ingressa no sistema da FURG com o seu login, aparece uma mensagem pedido atualização dos dados como: religião, gênero e orientação sexual, falou que nunca respondeu, por achar inoportuno, pois não quer responder esse tipo de questionamento e que está assegurado pelo Artigo 5º da Constituição. Disse que deveria ter a opção “não quero informar”. O Senhor Presidente disse que são dados extremamente relevantes para que se conheça o perfil da comunidade e também para a criação de Políticas, comentou existir outros dados sensíveis que são

gerenciados, também, e que são informações facultadas. Explicou que esses dados são utilizados para elaboração de outras Políticas específicas e que se tem prerrogativa legal para isso. Falou que as Políticas relacionadas a essas questões estão tendo um grande destaque para a Universidade, comentou de um seminário da Universidade Federal do ABC sobre enfrentamento ao assédio que os organizadores convidaram a FURG para dar uma palestra de abertura. Disse que será vista a forma de coleta, no sistema, desses questionamentos. O Cons. Renato Duro disse respeitar a posição do Cons. Ernesto Alquati, mas disse que para muitas pessoas que são invisibilizadas pelas Políticas, esse questionamento é totalmente oportuno, falou que as Políticas Públicas são feitas a partir de dados coletados. Disse que a coleta pode ser melhorada e aperfeiçoada, mas é fundamental a Universidade obter dados de pessoas que se sintam invisibilizadas. A Secretária Maria Rozana Rodrigues disse que tanto a LGPD, quando a Política, prevê que se pode tratar com dados pessoais, mas que precisam de medidas de proteção. Comentou que a proteção de dados prevista na LDPD se harmoniza com a transparência pública prevista na Lei de Acesso à Informação, não existindo conflitos entre as referidas leis. A Cons. Denise Martinez disse que gostaria de fazer um alerta, porque quando ocorrem eventos, na hora da inscrição, aparece esse questionário, acredita que deveria ter uma opção perguntando se deseja participar ou não, pois a comunidade externa não tem a obrigatoriedade de fazer parte dessa coleta. Cons. José Francisco Almeida acha ruim esse mecanismo de questionamento, afirmando que toda vez que precisa entrar no sistema ou fazer parte de algum evento, tem que responder tudo novamente, disse não gostar de responder o questionário toda hora, acha que a FURG deveria ter um sistema que bloqueasse para àqueles que já responderam. O Senhor Presidente disse que será estudada uma forma de melhorar a situação, mas os dados continuarão sendo coletados. A Cons. Rita Patta Rache parabenizou a equipe pela proposta de Política, disse ter um sentido bem significativo associado à transparência. Parabenizou a gestão por todo encaminhamento, disse que vivemos em uma sociedade transfóbica, com um forte racismo religioso e estrutural, misógina e a Universidade é, no Brasil, um espaço fortalecido pelas pesquisas, as quais subsidiam as Políticas Públicas. Comentou que a Lei Paulo Gustavo exige esses dados levantados. Disse que essas informações são importantes para um olhar o outro. Falou que é importante a Universidade saber essas questões vindas do público externo, os quais frequentam, também, o espaço Universitário. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente informou que, por ser uma reunião extraordinária, não há previsão para assuntos gerais, mas quealaria um pouco aos conselheiros sobre as perspectivas da Universidade para 2024. Iniciou informando que no ano que vem haverá uma regulamentação nova para consulta de Reitor, disse que há um projeto de lei em andamento e que não se sabe em quanto tempo isso irá chegar. Disse que a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, está com uma assessoria parlamentar muito competente e que está acompanhando a tramitação deste tema. Falou que esse projeto, se aprovado na forma que está, mexerá na cultura institucional dando autonomia para as Universidades trabalharem com a sua fórmula, mas trata como eleição, não permitindo o voto de aposentados, comentou que no coletivo de Universidades essa matéria não é debatida. Disse ter se posicionado com relação à paridade e que foi voto vencido, falou que não passou o voto paritário no formato de eleição, principalmente, da Universidade Federal da Fronteira Sul, a qual coloca um quarto seguimento da comunidade universitária com direito à voto que é a externa,

disse discordar desse método enquanto modelo para escolha de Reitor. Falou que o projeto de lei no formato que está, permite que a eleição se dê no formato 70/30, isto é, peso de 70% para votos dos docentes, 30% para os técnicos e estudantes. Falou que a tendência é que a lei seja aprovada durante o primeiro semestre de 2024 e que passará neste Conselho. Falou que a realidade orçamentária está muito ruim, disse que todas as Políticas dependem de recurso, disse que houve um complemento muito pequeno, agora, no final do ano, que foi particionado pela matriz ANDIFES, sobre a qual comentou não concordar, disse que foi recebido 1 milhão e 200 mil reais, mesmo assim, possivelmente, fechando o ano com um déficit de 13 milhões de reais, sendo cerca de 30% do recurso discricionário total. Disse que a esperança para 2024, era de vir um orçamento melhor que 2023, mas veio um orçamento menor que o de 2023 somado com a PEC da transição, equiparado ao orçamento de 2012, falou que não se tem o que fazer e terá que trabalhar com esse orçamento e, infelizmente, o MEC - Ministério da Educação, não apresentou, ainda, um projeto para o ensino superior. Disse que o ano de 2024 será de profundas restrições orçamentárias na FURG e que a tendência é haver um programa de restrição muito severo, comentou ser seu último ano de gestão e que tem uma responsabilidade com a Universidade, porém, dificilmente, terminará o mandato sem déficit. Lamentou a situação da infraestrutura da Universidade e que é impossível manter a estrutura de quatro campi com essa condição orçamentária, comentou que os diretores das Unidades Acadêmicas estão cobrando que seja priorizado a recuperação da infraestrutura. Falou que a regulamentação das fundações de apoio melhorou muito e que a FAURG – Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande está em um momento muito favorável com superávit elevado, então, as Unidades Acadêmicas têm conseguido recursos através dos ressarcimentos. Falou que o recurso próprio está se tornando valioso neste momento e que esse mecanismo, será fortalecido em 2024. Falou que o governo eliminou os recursos de investimento para transferir para o PAC, o qual, ainda, não foi anunciado, não é recurso novo, ele é recurso que saiu das Universidades. Citou que um lado positivo dessa situação são os editais de ciência, tecnologia e inovação, disse que o FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico está com quase 14 bilhões de reais, que será um ano de extensos editais em todas as áreas, que será preciso olhar com carinho para esses editais institucionais, a fim de amenizar a situação. Comentou as condições salariais que, também, estão ruins e que o MEC, no seu entendimento, deveria ter outra postura. Falou sobre a matriz ANDIFES que prejudica muitas Universidades periféricas, entre as quais a FURG está inserida. Comentou que a gestão ficará comunicando a situação orçamentária com total transparência durante o ano de 2024. A Cons. Rita Patta Rache disse que, nesta semana, está ocorrendo a semana de lutas em Brasília e que a APROFURG já divulgou a proposta salarial e que não se consegue avanço com o governo federal, falou que o governo propôs um reajuste salarial a partir de 2025 de 9%, dividido em 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026, com relação aos benefícios, o governo propôs para maio um aumento no auxílio saúde, no auxílio alimentação e no auxílio creche, disse que a proposta não foi aceita. Informou que os servidores técnicos da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Ciências da Saúde e do IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul já anunciaram estado de greve, acha que o ano letivo de 2024, talvez, não comece, com chamamento de greve, porque têm se começado todos os anos e a crise só aprofunda. Acha que possa ser positivo para o governo, pois o problema está no Congresso que não negocia. O Senhor Presidente disse que, infelizmente, a educação superior está sentindo ausência de projetos e que a educação é um

sistema não podendo matar um segmento para privilegiar outro. O Cons. Cléber Palma disse que a situação é, realmente, preocupante, disse que gostaria de fazer dois comentários, um sobre o processo de consulta aos Reitores, acha que seria o momento de se pensar em um documento que fosse mais utilizável por todas as Universidades, vê que, hoje, criar um documento que seja homogêneo e que todas utilizassem, assim, evitando desgaste de discussão em cada Instituição. O outro comentário foi com relação à questão orçamentária, disse que preocupa, porque é uma situação de destruição do ensino superior, se o MEC não está funcionando nesse governo, quando irá funcionar, sente que a condição da Instituição em sensibilizar a comunidade externa, hoje, é muito menor do que se tinha anteriormente. O Senhor Presidente disse concordar com o Cons. Cléber Palma que deveria ter apenas um modelo de eleição, disse que nos Institutos Federais há um modelo de eleição paritária que está dando muito certo. Disse que a tendência é cada um seguir seu modelo e que a ANDIFES se abstém sobre isso. Disse que foi informado pelo governo a criação de novos Institutos Federais, porém não se tem o mínimo para os Institutos que já existem e que estão perdendo condição operacional. Disse que, em 2024, será mostrado para a sociedade a relevância do porquê as Universidades precisam se manter. A Cons. Silvia Botelho trouxe um pouco do histórico sobre o REUNI, o qual foi um programa que foi disruptivo nas Universidades, foi diferenciado e que, independentemente, do governo que tivesse, dez anos depois, os problemas seriam muito sérios, comentou que o C3 – Centro de Ciências Computacionais passou de 30 alunos/ano para 120 alunos/ano, ou seja, um aumento completamente não linear, comentou que o REUNI veio com uma grande quantidade de cursos aportados, mas não tinha um plano de manutenção e execução, mostrando que a chance de sucesso, depois de um tempo, seria muito baixa. Disse que esse destaque tem que ser dado, porque já era anunciada essa situação, independentemente do governo. O Senhor Presidente disse que participou de todo o processo de expansão e aprovação do REUNI e, na época, essa crítica foi feita, porque não trazia modelos de financiamento, ficando sempre na dependência de recursos. Falou que poderia se ter criado uma lei geral para as Universidades, que tivesse, por exemplo, orçamento quadrienal. Comentou que, em 2024, virá a discussão do Plano Nacional de Educação e, talvez, a questão do plano de financiamento esteja mais robusta. Finalizou dizendo que a progressão do déficit é ruim para FURG e será preciso um processo de adaptação. Disse que a gestão continuará fazendo seu trabalho, tentando encontrar caminhos, junto com a comunidade, para resolver essas questões. Agradeceu ao Conselho por toda ajuda durante o ano de 2023 e que, em 2024, será desafiador, pediu ajuda a esse Conselho para enfrentar as adversidades que virão. Desejou feliz natal e ano novo a todos. Nada mais havendo a tratar, às 11h00min, o Senhor Presidente encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e irá assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. Danilo Giroldo
PRESIDENTE DO CONSUN

Adm. Me. Jorge Augusto da Silveira Bastos

SECRETÁRIO



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Giroldo, Reitor**, em 08/04/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Augusto da Silveira Bastos, Diretor**, em 08/04/2024, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.furg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0157603** e o código CRC **71B47093**.

Referência: Caso responda este documento Ata de Reunião de Conselho, indicar o Processo nº 23116.009216/2023-33

SEI nº 0157603